

Rolagem da dívida vai pesar menos

O peso do serviço da dívida externa em relação ao Produto Interno Bruto deverá reduzir-se ainda mais a curto prazo: já tendo chegado perto dos 6 por cento do PIB, está hoje em certa de 3,5 por cento e cairá em pouco tempo a 2,9 por cento. O cálculo foi feito ontem pelo assessor para assuntos internacionais da Seplan, Stephen Kanitz.

Para Kanitz, que falou ontem no programa **Telemanhã** da TV Brasília, essa redução se dará, independentemente de esforços do Governo brasileiro para limitar o pagamento dos juros, pelo próprio crescimento econômico e pela queda das taxas no mercado internacional. Afinal, desde o início do ano a **primeira** caiu de 8 por cento a 5,5 por cento em termos reais e essa queda, lembra ele, é sentida pelo devedor, após seis meses.

É por esse motivo que Kanitz, não se preocupa com a redução do superávit da balança comercial brasileira. A economia ocorrida com a queda das taxas de juros deverá alcançar os 2,5 bilhões de dólares, diminuindo portanto a necessidade de um superávit da dimensão prevista, 12 bilhões de dólares. Essa queda, na opinião do assessor da Seplan, é compatível com um superávit de 10,5 bilhões de dólares.

De acordo com Stephen Kanitz, a posição dos bancos credores com relação ao monitoramento da economia brasileira pelo FMI já se atenuou. "Eles já sabem que nós temos aqui bons economistas e consideram haver razões para preferirem que a economia brasileira seja feita por figuras como Pêrsio Arida, Chico Lopes ou João Saldanha e não por um técnico recém-formado que se abrigou no FMI", explica.

Kanitz admite que a posição dos governos dos países industrializados ainda representa um problema nesse sentido, mas acha possível dobrá-los. Ele acha importante, porém, "não se tripudiar sobre o pessoal do FMI, uma vez que "a burocracia

do Fundo é bastante influente em Washington".

Nas viagens que fez aos Estados Unidos e Europa integrando as comitivas dos ministros brasileiros, Kanitz diz ter notado uma disposição mais favorável por parte dos bancos credores. Seus dirigentes reconhecem que a economia brasileira está bem dirigida — afinal, conseguiu se combinar uma queda vertical da inflação com um crescimento próximo a 9 por cento, algo praticamente inédito — e que o País tem condições de pagar os juros da dívida.

No entanto, os banqueiros vêem-se tolhidos pelos próprios acionistas dos bancos. "Existe uma forte resistência por parte dos acionistas a aceitar qualquer nova concessão, qualquer novo empréstimo, à América Latina", constatou o assessor da Seplan. Em outras palavras, se um banco se dispuser a conceder mais empréstimos a um país como o Brasil, seria de se esperar uma forte queda na cotação de suas ações.

"É preciso agora atuar sobre os mecanismos de formação de opinião desses acionistas", explica Kanitz, que dedicou boa parte de seu tempo como integrante da missão brasileira à última assembléia do FMI a contatos com esses **formadores**, como corretores e gestores de fundos de pensão. "O Brasil tem uma má tendência, a de só divulgar lá fora o que é ruim no País. Precisamos divulgar melhor a imagem de nossa economia", afirma ele.

Para Stephen Kanitz, o Brasil teria condições de, levando-se em conta apenas a corrosão natural que o dólar vem sofrendo e o crescimento do produto nacional, absorver novos créditos no valor de 8 bilhões de dólares. No entanto, lembra ele, há uma decisão da própria nação em reduzir seu nível de endividamento. A partir daí, o assessor da Seplan calcula em 4 bilhões de dólares o montante de novos empréstimos que seria desejável para a economia do País.